



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
"NOSSA HISTÓRIA, NOSSA FORÇA"  
Administração 2013/2016

OF. GAB. Nº. 309/2015

Guaíba, 14 de maio de 2015

Senhor Presidente,

Honra-nos cumprimentá-lo, e nesta oportunidade enviamos o **Projeto de Lei Nº. 033/2015**, que autoriza a **CONTRATAÇÃO DE UM NUTRICIONISTA**, em caráter emergencial para atender necessidade temporária, para submetê-lo à apreciação dos senhores vereadores e ao trâmite legislativo.

Sendo o que tínhamos para o momento e contando com o apoio que sempre tivemos desta Casa Legislativa, despedimo-nos,

Atenciosamente.

Henrique Tavares  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
Ver. Luis Ernani Ferreira Alves  
Presidente da Câmara Municipal  
Guaíba-RS



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
"NOSSA HISTÓRIA, NOSSA FORÇA"  
Administração 2013/2016

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PROJETO DE LEI Nº. 033/2015

Senhoras e senhores vereadores,

Apresentamos o presente Projeto de Lei Nº 033/2015, que trata da contratação emergencial de um NUTRICIONISTA, para atender necessidade provisória de excepcional interesse público, por período determinado e previsível.

A necessidade desta contratação se dá em decorrência de Licença Gestante da servidora, efetiva, que atualmente desempenha as atividades de coordenação do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) em nosso Município. A servidora entrará em licença no segundo semestre de 2015. Estamos enviando o presente Projeto de Lei com a necessária antecedência para que o programa não venha sofrer descontinuidade em função do óbvio e necessário afastamento da atual nutricionista / gestante. E devemos sempre enaltecer afastamentos devido a causas tão importantes como esta que se avizinha.

O MEC tem critérios próprios sobre a implementação do PNAE e sua continuidade nas redes municipais de ensino, dentre estes, citamos a Resolução CFN Nº. 358/2005, que dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no Programa de Alimentação Escolar (PAE) e a Lei Nº. 11.947/2009, que abaixo transcrevemos uma parte, com grifos propositais:

*"Art. 11. A **RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR** nos Estados, no Distrito Federal, nos **MUNICÍPIOS** e nas Escolas Federais, **CABERÁ AO NUTRICIONISTA RESPONSÁVEL**, que deverá respeitar as diretrizes previstas nesta Lei e na legislação pertinente, no que couber, dentro de suas atribuições específicas."*

Como se observa no acima descrito, a contratação se dará por curto período, com causa e necessidade específicas. A previsão de prorrogação do período da contratação, presente na estrutura do Projeto de Lei, se dá somente por medida de cautela, vez que a estrutura escolar pública não pode prescindir deste profissional, que trata deste importante programa: a Alimentação Escolar.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
"NOSSA HISTÓRIA, NOSSA FORÇA"  
Administração 2013/2016

A seleção dos candidatos não será feita através do chamado processo seletivo simplificado, cuja base legal está na Emenda Constitucional Nº 51/2006, que trata da contratação de agente comunitário para combate a endemias, e não é o caso em análise. Acrescenta-se à estes argumentos legais, a evidência de que o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO NÃO OFERECE A NECESSÁRIA CELERIDADE QUE A CONTRATAÇÃO DESTE PROFISSIONAL NUTRICIONISTA EXIGE**, pois os prazos de editais, publicações, seleção dos candidatos, análise curricular, aplicação de provas, avaliações, prazos para recursos, etc. consumiriam uma boa parte do tempo necessário a contratação do profissional.

Por tratar-se de medida para atender necessidade emergencial e temporária, não há que se falar em nomeação de profissional concursado, ou até mesmo elaborar concurso público. Desta forma, o Projeto de Lei atende o disposto nos Art. 37, inciso IX da Constituição Federal. Está presente o interesse público, bem como os Princípios da Legalidade, Moralidade e Eficiência, entre outros, consagrados nos artigos 37 e 70 da Constituição Federal.

Gabinete do Prefeito, em 14 de maio de 2015.

Henrique Tavares  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
"NOSSA HISTÓRIA, NOSSA FORÇA"  
Administração 2013/2016

**PROJETO DE LEI Nº 033/2015 – REDAÇÃO FINAL**

Autoriza o Município de Guaíba contratar emergencialmente e por tempo limitado, um nutricionista.

Art. 1º Fica o Município de Guaíba autorizado a contratar um nutricionista em caráter emergencial, para atender necessidade provisória de excepcional interesse público, com base no art. 37, IX, da Constituição Federal.

§ 1º O profissional será contratado pelo prazo 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período em caso de necessidade e interesse público;

§ 2º O contrato é de natureza administrativa, ficando assegurado ao contratado os direitos constituídos no Estatuto dos Servidores Municipais, Lei Nº. 2.586, de 20 de abril de 2010.

§ 3º A contratação dos profissionais será efetivada após processo seletivo simplificado, análise curricular e entrevista pessoal do candidato.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária.

Órgão:	07	Secretaria Municipal de Educação
Unidade:	03	Departamentos Subordinados
Função:	212	Educação
Sub-Função:	361	Ensino Fundamental
Programa:	0311	Ensino Fundamental de Qualidade Social
Atividade:	6014	Funcionamento da Gestão Educacional
Elemento:	3319011000000	Vencimentos e Vantagens Fixas
Reduzido:	11189-9	
Elemento:	3319013000000	Obrigações Patronais
Reduzido:	11188-0	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Henrique Tavares  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se: